


Deliberação CECH n.º 2/2017

Delegação de competências da autoridade de gestão do Programa Operacional Capital Humano – PO CH – no Organismo Intermédio Estrutura de Missão Portugal Inovação Social (EMPIS)

A Comissão Especializada para o domínio temático Capital Humano da Comissão Interministerial de Coordenação do Acordo de Parceria (CE CH Portugal 2020), deliberou, por consulta escrita de 14 de abril de 2017, nos termos conjugados do n.º 8 do artigo 1.º, da alínea c) do n.º 1 e da alínea c) do n.º 2 do artigo 2.º do Regulamento Interno da CIC Portugal 2020, aprovado em anexo à Deliberação n.º 83/2015, de 21 de dezembro, publicado em anexo ao Despacho n.º 7964/2016, de 20 de maio, do Secretário de Estado do Desenvolvimento e Coesão, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 115, de 17 de junho, homologar, sob proposta da autoridade de gestão respetiva e após parecer da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P., a lista de competências a delegar pela autoridade de gestão do programa operacional temático Capital Humano no organismo intermédio Estrutura de Missão Portugal Inovação Social (EMPIS) nos termos constantes do quadro anexo.

CIC Portugal 2020, 14.04.2017

O Ministro da Educação
Coordenador da Comissão Especializada do domínio temático Capital Humano
da CIC Portugal 2020



Tiago Brandão Rodrigues

ANEXO

Identificação das funções previstas para a Autoridade de Gestão, nos termos do artigo 125.º do Regulamento (UE) n.º 1303/2013 e dos artigos 26.º e 27.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, delegadas pela mesma em Organismos Intermédios.

Programa Operacional: Capital Humano
Organismo Intermédio: Estrutura de Missão Portugal Inovação Social (EMPIIS)

Funções de gestão		Âmbito			Observ.
Seq.	Descrição	OF	PI	Âmbito temático	
1	1 Elaborar a regulamentação específica e submetê-la a aprovação da CIC Portugal 2020, após parecer do órgão de coordenação técnica (al. a), n.º 1 do art. 26 do MG)				T.O. 4.6 Ações de inovação social para experimentação e teste de novas respostas na área educativa
2	2 Definir os critérios de seleção e serem aprovados pela comissão de acompanhamento do PO (al. b), n.º 1 do art. 26 do MG)				
3	3 Aplicar os critérios de seleção aprovados pela respetiva comissão de acompanhamento do PO (al. b), n.º 1 do art. 26 do MG)				
4	4 Assegurar que a operação selecionada corresponde ao âmbito do fundo ou dos fundos em causa e pode ser atribuída à categoria da intervenção (al. c), n.º 1 do art. 26 do MG)				
5	5 Aprovar as candidaturas a financiamento pelo PO que, reunindo condições de elegibilidade, tenham mérito adequado a receberem apoio financeiro (al. c) do n.º 1 do art. 27 do MG)				
6	6 Assegurar que seja disponibilizado ao beneficiário um documento sobre as condições de apoio para cada operação, incluindo os requisitos específicos aplicáveis aos produtos ou serviços a realizar, no âmbito da operação, o plano de financiamento e o prazo de execução (al. d), n.º 1 do art. 26 do MG)				
7	7 Verificar se o beneficiário tem capacidade administrativa, financeira e operacional para cumprir as condições referidas na alínea anterior, antes de a operação ser aprovada, quando aplicável (al. e), n.º 1 do art. 26 do MG)				
8	8 Verificar se a operação é selecionada em enquadramento nas elegibilidades específicas do correspondente PO, adequação técnica para prossecução dos objetivos e finalidades específicas visadas, demonstração objetiva da sua viabilidade e sustentabilidade económica e financeira (al. f), n.º 1 do art. 26 do MG)				
9	9 Verificar se foi cumprida a legislação aplicável à operação em causa, sempre que a operação tenha início antes da apresentação do pedido de financiamento à AG (al. g), n.º 1 do art. 26 do MG)				
10	10 Garantir que as operações selecionadas não incluam atividades que tenham feito parte de uma operação que tenha sido ou deva ser ter sido objeto de um procedimento de recuperação em conformidade com o artigo 71.º do Reg. (UE) n.º 1303/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013, na sequência de uma desativação de uma atividade produtiva fora da área do programa (al. h), n.º 1 do art. 26 do MG)				
11	11 Determinar a categoria de intervenção a que são atribuídas as despesas da operação (al. i), n.º 1 do art. 26 do MG)				
12	12 Verificar a realização efetiva dos produtos e serviços cofinanciados, a obtenção dos resultados definidos quando da aprovação e o pagamento da despesa declarada pelos beneficiários, bem como a sua conformidade com a legislação aplicável com o PO e com as condições de apoio da operação (al. j), n.º 2 do art. 26 do MG)				
13	13 Garantir que os beneficiários envolvidos na execução das operações reembolsadas, com base em custos elegíveis efetivamente suportados, utilizem um sistema contabilístico separado para todas as transações relacionadas com a operação ou a codificação contabilística facilmente aceite (al. b), n.º 2 do art. 26 do MG)				
14	14 Adotar medidas antifraude eficazes e proporcionadas, tendo em conta os riscos identificados (al. c), n.º 2 do art. 26 do MG)	POCH			
15	15 Estabelecer procedimentos para que todos os documentos de despesa e das auditorias sejam conservados em conformidade com o disposto no Reg. (UE) n.º 1303/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013, nomeadamente para garantir uma pista de auditoria adequada, ou com disposições legais nacionais, quando estas imponham prazos mais alargados (al. d), n.º 2 do art. 26 do MG)				
16	16 Elaborar a declaração de gestão e a síntese anual das relações referidas nas alíneas a) e b) do n.º 5 do artigo 59.º do Reg. (UE, Euratom) n.º 966/2012, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro de 2012 (al. e), n.º 2 do art. 26 do MG)				
17	17 Assegurar a criação e a descrição de um sistema de gestão, bem como garantir a criação e o funcionamento de um sistema de controlo interno que previna e detete irregularidades e permita a adoção de medidas corretivas oportunas e adequadas (al. f), n.º 2 do art. 26 do MG)				
18	18 Prestar a respetiva comissão de acompanhamento, fornecendo-lhe as informações necessárias para o exercício das suas competências, em especial, os dados sobre os progressos do PO na realização dos seus objetivos, os dados financeiros e os dados relativos aos indicadores e objetivos intermédios (al. a), n.º 3 do art. 26 do MG)				
19	19 Elaborar e, após aprovação da comissão de acompanhamento, apresentar à CE os relatórios de execução anuais e finais referidos no artigo 50.º do Reg. (UE) n.º 1303/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013 (al. b), n.º 3 do art. 26 do MG)				
20	20 Disponibilizar aos beneficiários as informações pertinentes para, respetivamente, exercerem as suas competências e realizarem as operações (al. c), n.º 3 do art. 26 do MG)				
21	21 Criar um sistema de registo e arquivo eletrónico dos dados sobre cada operação, que sejam necessários para os exercícios de monitorização, avaliação, gestão financeira, verificação e auditoria, incluindo, se for caso disso, os dados sobre os participantes individuais nas operações (al. d), n.º 3 do art. 26 do MG)				
22	22 Garantir que os dados referidos no ponto anterior são recolhidos, introduzidos e registados no sistema a que se refere a mesma alínea, e que os dados sobre os indicadores são, quando aplicável, desagregados por sexo (al. e), n.º 3 do art. 26 do MG)				
23	23 Realizar verificações administrativas relativamente a cada pedido de reembolso por parte dos beneficiários (al. a), n.º 4 do art. 26 do MG)				
24	24 Realizar verificações às operações in loco (al. b), n.º 4 do art. 26 do MG), as quais podem ser realizadas por amostragem (n.º 6 do art. 26 do MG)				
25	25 Garantir que a frequência e o alcance das verificações das operações é proporcional ao montante do apoio público concedido a uma operação e ao nível do risco identificado por essas verificações e pelas auditorias realizadas pela AA ao sistema de gestão e de controlo no seu conjunto (n.º 5 do art. 26 do MG)				
26	26 Garantir uma separação adequada de funções no âmbito das verificações de gestão, se a AG for, simultaneamente, um beneficiário no âmbito do PO (n.º 7 do art. 26 do MG)				